

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
ATA DA 49ª REUNIÃO
(MINUTA)

5 Data: 25 (09h30 às 14h30) de agosto de 2005.

6 Local: Auditório da CNA, em Brasília.

7 **PARTICIPANTES:**

- 8 ▪ Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- 9 ▪ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Martha Sugai (martha.sugai@ana.gov.br);
- 10 ▪ Ministério dos Transportes - MT: Paulo Ho (paulo.ho@transportes.gov.br);
- 11 ▪ Ministério da Saúde - MS: Andréa Narítza Silva e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br);
- 12 ▪ Ministério das Cidades - MC: Valdemar Araújo (valdemar.araujo@cidadess.gov.br);
- 13 ▪ Ministério da Integração Nacional-MI: Jader Paulo Gonçalves Verdade Júnior
- 14 (jader.verdade@integracao.gov.br);
- 15 ▪ Ministério da Defesa - MD: ausente;
- 16 ▪ Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br);
- 17 ▪ Ministério de Minas e Energia - MME: ausente;
- 18 ▪ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP: Willibaldo Brás Sallum
- 19 (willibaldo@agricultura.gov.br);
- 20 ▪ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal: Wilson Azevedo Filho
- 21 (wil.filho@terra.com.br);
- 22 ▪ Setor Hidroviário – Terminais Portuários Privativos: Gustavo Guelfi (gustavoguelfi@cnt.org.br);
- 23 ▪ Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: João Carlos Pelicer (joao.pelicer@aes.com);
- 24 ▪ Comitês de Bacias Hidrográficas: Lupércio Ziroldo Antonio (comitetb@serhs.sp.gov.br);
- 25 ▪ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausente;
- 26 ▪ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: ausente;
- 27 ▪ Organizações Não Governamentais-ONG: Kláudio Cóffani Nunes (klaudio@aasp.org.br).

28 **CONVIDADOS:**

- 29 ▪ Demetrios Christofidis – MI (christofidis@unb.br);
- 30 ▪ Elisa Meirelles – ECODATA (ecodata@ecodata.org.br);
- 31 ▪ Gina Bamer Deberdt –IBAMA (gina.deberdt@ibama.gov.br);
- 32 ▪ Hélio José de Freitas – MC (helio.freitas@cidadess.gov.br);
- 33 ▪ João Leonardo Soito – FURNAS (jsoito@furnas.com.br);
- 34 ▪ Michael Bacha – WWF (michael@wwf.org.br);
- 35 ▪ Olga Calhman – FURNAS (calhman@furnas.com.br);
- 36 ▪ Paulo Maurício Serrano Neves – ISN (serrano@serrano.neves.nom.br);
- 37 ▪ Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonete@ig.com.br);
- 38 ▪ Sandra Vaz da Costa – ANA (sandra.vaz@ana.gov.br);
- 39 ▪ Sérgio Dias Canella – FURNAS (scanella@furnas.com.br);
- 40 ▪ Wagner de Oliveira Carvalho- FURNAS (wagner@furnas.com.br).

41 **RELATORIA:**

- 42 ▪ Aureliano Cesar Martins Silva (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br) SRH/MMA

43 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

44 **Item 1 – Abertura.** O Sr. Julio Thadeu (SRH) iniciou os trabalhos da 49ª Reunião da CTAP às 09h30,
 45 cumprimentou e desejou boas vindas a todos. A seguir informou os novos membros recém indicados na
 46 composição da Câmara Técnica e a diretriz a ser dada à CTAP com o intuito de convidar os múltiplos
 47 usuários a expor seus problemas e anseios, bem como tomar conhecimento sobre os diversos modos
 48 utilização da água, porque existiriam mitos e realidades. Nesse contexto anunciou as apresentações
 49 programadas e os convites feitos à CODEVASF e outros usuários para expor seus grandes projetos, além
 50 de conhecer as outorgas e as disponibilidades de água, porque haveriam muitos conflitos. A seguir
 51 passou ao **Item 2 - Aprovação da Ata da 48ª Reunião da CTAP** abrindo a palavra aos presentes. A Sra.
 52 Martha Sugai (ANA) e o Sr. Sérgio (FURNAS) apresentaram suas ressalvas que foram incorporadas à
 53 ata, considerada aprovada com as modificações. **Item 3 – Apresentação: A Eficiência do Uso da Água**
 54 **na Irrigação e a proposta de uma nova Política Nacional de Irrigação (PL nº 229/95 – Senado**
 55 **Federal).** O Sr. Demetrios Christofidis (MI) iniciou expondo o contexto mundial onde a irrigação seria

1 responsável por $\frac{3}{4}$ da água consumida pela agricultura. Listou os países com as maiores áreas irrigadas e
2 elencou diversos indicadores sobre a dimensão e a eficiência da irrigação, quando comparada à
3 agricultura de sequeiro. Enfatizou a substituição da agricultura tradicional pela irrigada, num futuro
4 próximo, como a alternativa de atendimento à demanda por alimentos para a população, tendo em vista a
5 necessidade de incorporação de mais de um bilhão de hectares, podendo significar a destruição do
6 planeta. Relatou o volume e o percentual consumido atualmente no mundo, de acordo com o uso, sendo
7 350km³ (9,5%) do abastecimento humano, 750km³ (20,5%) da indústria e 2.600km³ (70%) da irrigação.
8 Exemplificou mostrando as características técnicas de um grande projeto de irrigação, como o Jaíba, com
9 10 estações de bombeamento, das quais apenas uma seria suficiente para o abastecimento do DF.
10 Demonstrou a evolução dos sistemas procurando cada vez mais a eficiência e eficácia, com a redução do
11 consumo e das perdas. Quanto ao Brasil, expôs o mapa indicativo das áreas com maior retirada de água
12 para irrigação, destacando o Estado do Rio Grande do Sul com um milhão de hectares com arroz
13 irrigado. Informou a área irrigada em cada região hidrográfica e a evolução da irrigação no País, a partir
14 de 1950. Demonstrou os métodos utilizados e o potencial de solos existentes em cada estado, num total
15 de aproximadamente 30 milhões de hectares. Sob a ótica política, abordou a dinâmica gerencial, a
16 aplicação dos recursos (limitados), os resultados esperados e a tramitação do projeto de lei, PL nº 229/95
17 – Senado Federal, com a proposta de uma nova Política de Irrigação no Brasil. Afirmou que, se aprovada
18 essa proposição, haveria um novo caminho a ser seguido, orientado pelo cenário da crise da água,
19 decorrente do crescimento da população mundial, estimado em 75 milhões de habitantes/ano. Concluiu
20 ressaltando a nova legislação indutora de uma mudança de paradigmas, onde os irrigantes substituiriam a
21 ótica voltada apenas para suas parcelas, por uma visão dos múltiplos usos de todo o universo ao seu redor
22 e colocou-se à disposição para esclarecimentos. O Sr. Michael (WWF) indagou sobre as áreas potenciais,
23 métodos e se haveria na lei menção de participação dos comitês. O Sr. Lupércio (Comitês) perguntou
24 como incentivar a participação dos irrigantes, os maiores consumidores de água, nos fóruns de debates
25 como os comitês de bacias. A Sra. Andréa (MS) solicitou informações a respeito do reúso de água na
26 agricultura. O Sr. Jaime (MCT) inquiriu a respeito da integração do Programa Agricultura Familiar e a
27 irrigação. A Sra. Sandra (ANA) questionou a relação entre tendência de aumento da irrigação, a
28 sustentabilidade ambiental e as sugestões para melhor aproveitamento e minimização de pesticidas. A
29 todos o Sr. Demetrios apresentou os devidos esclarecimentos e respostas, como os estudos de aptidão dos
30 solos realizados em cada região geográfica, a descapitalização dos produtores e sua inserção em
31 programas de irrigação que demandam um forte investimento “on farm”, a utilização da água de reúso
32 em cultivos não consumidos diretamente pela população e a utilização do instrumento cobrança como um
33 meio de instigar a participação do setor nos fóruns de debates. O Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu ao
34 Dr. Demetrios pela exposição, salientou a importância da irrigação como meio de atendimento à
35 demanda por alimentos de uma população crescente, em substituição à agricultura pouco eficiente, sem
36 espaço no futuro. A seguir, convidou os representantes do Ministério das Cidades para expor o **Item 4 –**
37 **Apresentação: Investimento Federal em Saneamento.** O Sr. Valdemar (MC) explicou a abordagem do
38 assunto com o objetivo de apresentar os perfis das obras e dos recursos, previstos e aplicados,
39 englobando todos os ministérios atuantes no segmento (Cidades, Integração e Saúde), face à enorme
40 pulverização e fragmentação de ações, que dificultaria sobremaneira o detalhamento caso a caso. O Sr.
41 Hélio prosseguiu com as aplicações de recursos classificados como “não onerosos”, referentes a fundo
42 perdido e repasses. Listou os programas contemplados, conforme o PPA 2004/2007, Saneamento Rural,
43 Resíduos Sólidos Urbanos, Drenagem Urbana, Saneamento Ambiental Urbano, Conviver, Outros (Pró-
44 municípios, Pró-Água Infra, Gestão do Desenvolvimento Urbano e Assentamentos Precários) e os
45 valores desembolsados no período 2003/2004, no montante de R\$1,99bilhão, destacando-se a Região
46 Nordeste com R\$872milhões. Demonstrou os percentuais aplicados pelos órgãos, cabendo à FUNASA a
47 maior parcela, 48% dos investimentos. Como “onerosos” apresentou o volume de recursos aplicados
48 mediante a celebração de contratos para ações de saneamento no mesmo período. Do total de
49 R\$4,12bilhões, destacaram-se as regiões Sudeste com R\$1,76bilhão e Nordeste com R\$1,20bilhão, as
50 fontes de recursos utilizadas foram FGTS com 11% e BNDES com 89% das aplicações. Na análise das
51 informações passou a informar as conclusões extraídas sobre o assunto. Os recursos comprometidos
52 estariam aquém das necessidades nas regiões Norte, Sul e Sudeste, enquanto para as regiões Centro
53 Oeste e Nordeste houve um comprometimento de recursos acima do necessário de 2% e 10%
54 respectivamente. Como principais problemas relacionou a baixa liquidação (R\$1,03bilhões – 16,9%) do
55 total dos recursos comprometidos (R\$6,12bilhões) e o significativo valor destinado às emendas

1 parlamentares com recursos carimbados impedindo a implementação de uma Política de Saneamento
2 planejada e coordenada. Como dificuldades considerou o contingenciamento dos recursos (66%), a
3 capacidade de endividamento dos entes públicos, inclusive no atendimento dos requisitos ambientais e
4 fundiários e os entraves técnico-operacionais nas fases de elaboração, aprovação, execução e fiscalização
5 dos projetos. Concluiu anunciando a programação de recursos federais em 2005, superior à prevista no
6 PPA 2004-07 e que a execução integral da programação desses recursos dependeria da priorização do
7 setor e da colaboração da área econômica. Nos debates, com a participação de todos, foram abordadas as
8 seguintes questões: programa de saneamento rural; degradação das águas; falta de priorização da política
9 de tratamento de esgotos; contratos de concessão e a inversão dos papéis; herança do PRONASA;
10 preocupação maior com problemas urbanos e política eleitoral como a falta d'água e enchentes;
11 dificuldade da execução orçamentária e falta de recursos para a manutenção das obras realizadas.
12 Esgotado o tema, passou-se ao **Item 7 – Relato do GT UHE Furnas – 1ª e 2ª reuniões**. O Sr. Julio
13 Thadeu (SRH) teceu comentários sobre a entrada do assunto na CTAP, destacando a crise energética de
14 2001 “*apagão*” e suas conseqüências aos usuários localizados no entorno do lago, como argumentos
15 para a reivindicação de limitar a operação da UHE Furnas à cota 762. Relatou as reuniões do GT que
16 estaria diante de um desafiante trabalho, dada a grandeza e importância da UHE e do Reservatório de
17 Furnas, para a região e para o País. Comunicou as principais medidas até então adotadas, no sentido de
18 atualizar e uniformizar a base de dados a ser discutida, considerada ampla e complexa. Dentre elas
19 destacou: a necessidade de imagens de satélite na elaboração do inventário turístico regional; as
20 restrições do setor elétrico com a limitação da cota de operação e, o cálculo dos impactos nos diversos
21 segmentos usuários da bacia, elétrico, turístico, pesqueiro, hidroviário, a fim de permitir a confrontação
22 dos resultados para a tomada de decisão. Noticiou a formação de um mini-grupo para a análise e
23 avaliação estritamente técnica da sugestão alternativa, apresentada pelos representantes da UNIFEI,
24 consubstanciada na operação da UHE limitada à cota 762 e complementação da perda de energia gerada
25 por meio de usinas termo elétricas (UTE). Informou, finalmente, o consenso já obtido quanto à
26 necessidade de criação do CBH do Rio Grande e as primeiras ações desenvolvidas nesse sentido. **Item 5**
27 – **Análise e encaminhamento das sugestões relativas ao Ofício Circular n.º 16**
28 **2005/CTEM/CNRH/MMA**. O Sr. Klaudio (ONG) apresentou o documento com enfoque em medidas
29 mitigadoras baseadas na educação ambiental, capacitação, informação e mobilização social constituído
30 de recomendações que iriam desde a divulgação maciça pela mídia da década da água, até a promoção de
31 concursos com diversas categorias de premiação, passando pela mobilização da sociedade e fomento às
32 entidades da sociedade civil e órgãos públicos visando a formação da consciência coletiva para conhecer
33 e valorizar a intrínseca relação entre a existência das áreas naturais, florestas e demais vegetações e a
34 disponibilidade dos recursos hídricos. Concluída a apresentação o Sr. Klaudio (ONG) se dispôs aos
35 comentários e contribuições dos presentes. O Sr. Serrano Neves (ISN) parabenizou o autor da proposta
36 afirmando que procura desenvolver esse tipo de trabalho há 20 anos e acrescentou duas sugestões: a
37 desvinculação política explícita, a fim de obter apoio dos prefeitos e demais autoridades municipais e a
38 ampliação da educação sócio-ambiental para obtenção da sinergia necessária e contenção de gastos
39 desnecessários. Prontificou-se a colaborar como parceiro nesse trabalho colocando os recursos do ISN,
40 inclusive o site da Internet, à disposição. O Sr. Lupércio (Comitês) declarou a percepção dos comitês da
41 participação cada vez maior da sociedade civil e ONG's no processo de integração com os órgãos
42 governamentais e constatou na proposta apresentada a abordagem desse contexto, motivo pelo qual
43 concordaria e recomendaria a aprovação integral do documento a ser encaminhado à CTEM. A Sra.
44 Martha Sugai (ANA) corroborou as manifestações antecedentes e também concordou com o
45 encaminhamento do documento à CTEM. O Sr. Julio Thadeu (SRH) considerou a aprovação, com
46 louvor, do trabalho elaborado e com a aquiescência de todos indicou o Sr. Klaudio (ONG) para
47 representar a CTAP na reunião da CTEM em que for apreciado o assunto, bem como o envio de convite
48 ao Sr. Serrano Neves. **Item 6 – Conclusões do GT Serra da Mesa**. O Sr. Julio Thadeu (SRH) consultou
49 se todos estariam de posse da ajuda memória da 2ª reunião. Acusou o recebimento de e-mail dos
50 representantes de FURNAS solicitando correção nas linhas 27, 35/36 e 55 da página 2 e abriu a palavra
51 para manifestações. A Sra. Sandra (ANA) solicitou a inclusão de texto, a partir da linha 32 página 2,
52 relativo à sua intervenção e encaminhou a redação à mesa. A seguir, concedeu a palavra ao Sr.
53 Willibaldo (SEAP) para os devidos esclarecimentos sobre as citações proferidas na 2ª reunião do GT
54 Serra da Mesa, referentes à atuação da SEAP. O Sr. Willibaldo (SEAP) informou a formalização de
55 convênio com o Consórcio Intermunicipal de Serra da Mesa com o objetivo de capacitar pessoas para a

1 criação de peixes em tanque rede, por meio de unidade demonstrativa (UD) e os trâmites legais,
2 institucionais e operacionais já realizados na execução desse convênio. Quanto à seleção de espécies a
3 serem produzidas, esclareceu a concepção do projeto, com base na Portaria nº 145/98 do IBAMA, que
4 estabelece normas para espécies exóticas e reconhece a presença de tilápias na bacia. O Sr. Serrano
5 Neves contestou a afirmativa e alegou que a SEAP estaria não agindo corretamente, a partir de uma
6 interpretação equivocada da legislação, porque a portaria do IBAMA apenas cita a presença da espécie
7 no lago e não a existência de tilápia nilótica estabelecida, sem significar uma recomendação expressa
8 para a sua produção. O Sr. Willibaldo (SEAP) replicou reafirmando que se a espécie encontra-se presente
9 no local, a sua produção não representaria a introdução de espécie exótica, assim como nenhuma
10 negligência ou infração à Lei. O Sr. Julio Thadeu (SRH) retomou a palavra e fez um breve histórico
11 sobre a demanda da sociedade civil que resultou na criação do GT, ressaltando as principais divergências
12 relacionadas a problemas de saúde pública e às informações conflitantes, pela falta de comunicação
13 entre as partes. Enfatizou o rápido avanço obtido em nas reuniões do GT, com a disponibilização, a
14 ampla discussão e a uniformização da base de dados existente, resultando no consenso entre as partes,
15 que a partir de agora poderiam prosseguir diretamente com o diálogo e a busca das soluções dos
16 problemas. Considerou as discussões ricas e produtivas, com apresentações esclarecedoras e suficientes
17 para a compreensão dos problemas. Concluiu anunciando as decisões finais do GT de se estabelecer um
18 mecanismo constante de relacionamento e troca de conhecimento, bem como a criação de um fórum
19 específico para a discussão dos problemas, como a criação de uma APA com o atendimento de todos os
20 interesses e do Comitê da Bacia Hidrográfica. O Sr. Michael (WWF) interpelou e afirmou que
21 considerou muito interessante as reuniões do GT e da CTAP, pela experiência adquirida, tanto dos
22 problemas e soluções da região, quanto dos parceiros e órgãos envolvidos com a questão, entretanto,
23 lembrou que a simples disponibilização das informações não resolveriam os problemas devido às perdas
24 ocorridas e muito ainda haveria por realizar. O Sr. Julio Thadeu (SRH) ponderou que procurou ser claro
25 em suas considerações explicitando o estabelecimento de mecanismos de integração e cooperação entre
26 os usuários e operadores da barragem. A Sra. Gina (IBAMA) informou o processo de renovação da
27 licença de operação, com parte dos estudos em andamento e algumas ações agendadas para o próximo
28 mês de outubro. O Sr. Julio Thadeu (SRH) julgou muito oportuna a participação da Sra. Gina (IBAMA)
29 porque a maior parte dos problemas e questões seriam da competência do CONAMA e gostaria de deixar
30 clara a atuação do GT e da CTAP, isenta e sem ingerência, em relação aos assuntos de licenciamento
31 ambiental. Reafirmou que as afirmações das reuniões anteriores e os resultados do GT Serra da Mesa não
32 poderiam ser considerados como pertencentes ao processo de licenciamento ambiental, visto que são
33 sistemas diferentes (CONAMA e CNRH). Ressaltou que os entendimentos e consensos obtidos seriam
34 válidos para as propostas de solução de conflitos pelo uso da água, uma das atribuições do CNRH, sem
35 no entanto representar uma deliberação deste Conselho, por terem ocorrido no âmbito da CTAP e do
36 GT. A seguir passou a palavra ao Sr. Serrano Neves que em suas considerações finais disse ter formatado
37 o documento final, encaminhado ao coordenador, fundamentado em 30 anos de estudos visando o
38 desenvolvimento da eco-economia com a ótica sócio-ambiental. Externou sua satisfação com a
39 formulação das propostas, como a criação da APA e do CBH, procurando buscar a união dos interesses e
40 a cooperação para o desenvolvimento do Lago de Serra da Mesa e enfatizou a responsabilidade
41 constitucional de cada um e das empresas, sempre com o objetivo de proteger e preservar a saúde
42 humana. Aprovou o trabalho de mediação desenvolvido pela CTAP/GT proporcionando a circulação dos
43 estudos e trabalhos desenvolvidos, como jamais houvera ocorrido anteriormente, mesmo com a
44 persistência de alguns conflitos em decorrência de pontos de vistas diferentes. Relatou as diversas
45 dificuldades encontradas, inicialmente, pela falta de convivência, culminando com a ação civil pública.
46 Arrolou, segundo o seu entendimento, a divisão das obrigações de cada parte, Governo (Federal,
47 Estadual e Municipal), atividade econômica e sociedade civil no processo de desenvolvimento regional.
48 Concluiu ratificando a alegria vivida, nesse momento de conclusão de trabalho do GT/CTAP, com o
49 encaminhamento para a formulação de ações gradativas tendentes a concretizar o estabelecimento de
50 uma área protegida, visando a superação de emaranhados burocráticos, atropelamentos políticos e
51 diferenças conceituais, de tal sorte que mesmo não ocorrendo a criação da APA ou em se tardando a
52 criação do comitê, o espírito de cooperação para a conservação do lago e o uso múltiplo da água, ora
53 implantado, permitiria o prosseguimento das conversações fora do âmbito da Câmara Técnica. **Item 8 –**
54 **Encerramento.** Às 14:30h, nada mais havendo a tratar, o Sr. Julio Thadeu (SRH) agradeceu a todos pela
55 presença e participação e encerrou a 49ª Reunião da CTAP.

1 RESUMO DA REUNIÃO:

- 2 - Ata da 48ª reunião aprovada com modificações;
- 3 - Apresentação: A Eficiência do Uso da Água na Irrigação e a proposta de uma nova Política Nacional
- 4 de Irrigação (PL nº 229/95 – Senado Federal);
- 5 - Apresentação: Investimento Federal em Saneamento;
- 6 - Conclusão do GT Serra da Mesa;
- 7 - Relato do GT UHE Furnas;
- 8 - Encaminhamento de contribuição à CTEM.
- 9 Ata aprovada na 50ª REUNIÃO, em 06/12/2005

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTAP

Aureliano Cesar Martins Silva
Relator da CTAP